

**UNILETRA – Corretora de câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S/A**

**Demonstrações financeiras dos semestres findos em 31 de dezembro 2018 e de 2017**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos**

**Ilmos. Acionistas e Diretores da**

**UNILETRA – CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Vitória - ES**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do **UNILETRA – CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (“UNILETRA”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o 2º semestre e exercício findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas quando lidas em conjunto com as notas explicativas da administração, que as acompanham, representam satisfatoriamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNILETRA – CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (“UNILETRA”)**, em 31 de dezembro de 2018 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o 2º semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a “UNILETRA”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética do Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente à apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para as seguintes situações:

a) Investimentos: Conforme nota explicativa 8, a “UNILETRA” possui registrado o valor de R\$ 564 mil, correspondentes a 06 (seis) Títulos Patrimoniais da BOVMESB – Bolsa de Valores de Minas, Espírito Santo e Brasília, entidade que se encontra em liquidação ordinária, desde 2008. Até a data de emissão deste relatório, não nos foram apresentadas as Demonstrações Financeiras da Bolsa citada, relativas a 31 de dezembro de 2018 examinadas por auditor independente. Adicionalmente, referidos títulos não

possuem avaliação externa que permita aferir seu valor de recuperação (mercado); e.

b) Excessos de passivos circulantes sobre os ativos circulantes: em 31 de dezembro de 2018, a “UNILETRA”, apresenta um excesso de passivo em relação aos ativos de R\$ 2.398 mil, a “UNILETRA” vem liquidando suas obrigações dentro dos prazos pactuados.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da “UNILETRA” é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A administração da “UNILETRA” é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da “UNILETRA” de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a “UNILETRA” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “UNILETRA” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “UNILETRA”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “UNILETRA”. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “UNILETRA” a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**Outros assuntos**

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentado para fins de comparação foram por nós examinados, que emitimos relatório datado de 22 de março de 2018, cuja opinião não foi modificada e apresentou ênfase quanto aos investimentos e excesso do passivo circulante sobre os ativos circulantes.

**Rio de Janeiro (RJ), 22 de abril de 2019.**

**CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA**  
Contador CRC/RJ-050300/O-7“T” ES  
Sócio-Contador

**AZEVEDO & LOPES – AUDITORES INDEPENDENTES**  
CRC/RJ-003973|O-6  
Registro CVM nº. 7.905

Balço patrimonial  
**Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017**  
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>8.022</b>	<b>6.018</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>51</b>	<b>636</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>5</b>	<b>1.160</b>	<b>2.101</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.160	2.101
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>6</b>	<b>4.536</b>	<b>2.870</b>
Carteira própria		44	2.562
Vinculados ao Banco Central		1.251	-
Vinculados a prestação de garantias		3.241	308
<b>Outros créditos</b>		<b>629</b>	<b>411</b>
Rendas a receber		15	15
Negociação e intermediação de valores		122	154
Diversos		492	242
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>1.645</b>	<b>-</b>
Despesas antecipadas		1.645	-
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>122</b>	<b>122</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>7</b>	<b>122</b>	<b>122</b>
Devedores por depósitos em garantia		122	122
<b>Permanente</b>		<b>1.028</b>	<b>813</b>
<b>Investimentos</b>	<b>8</b>	<b>804</b>	<b>694</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>9</b>	<b>224</b>	<b>119</b>
Imóveis de uso		-	-
Outras imobilizações de uso		1.221	1.076
(-) Depreciação acumulada		(997)	(957)
<b>Total do ativo</b>		<b>9.172</b>	<b>6.953</b>

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>8.698</b>	<b>6.451</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>10</b>	<b>8.698</b>	<b>6.451</b>
Obrigações por empréstimos e Financiamentos		43	-
Negociações e intermediações de valores		7.990	5.823
Fiscais e previdenciárias		134	341
Diversas		531	287
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>199</b>	<b>122</b>
<b>Outras obrigações</b>	<b>10</b>	<b>199</b>	<b>122</b>
Obrigações por empréstimos e Financiamentos		77	-
Riscos fiscais e previdenciários		122	122
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>275</b>	<b>380</b>
<b>Capital social subscrito e integralizado</b>	<b>14</b>	<b>3.259</b>	<b>1.509</b>
De Domiciliados no país	<b>14a</b>	3.259	1.509
Aumento de capital	<b>14b</b>	<b>1.250</b>	-
Aumento de capital à autorizar		1.250	-
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>14c</b>	<b>564</b>	<b>454</b>
<b>Prejuízos acumulados</b>		<b>(4.798)</b>	<b>(1.583)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>9.172</b>	<b>6.953</b>

Demonstração do resultado  
 Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017  
 Em milhares de reais

	Semestre findo em		Exercícios findos em 31	
	Nota	31 de dezembro 2018	2018	2017
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>1.139</b>	<b>1.525</b>	<b>8.391</b>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.154	1.549	9.071
Prejuízo com títulos e valores mobiliários		(15)	(24)	(680)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>1.139</b>	<b>1.525</b>	<b>8.391</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(3.286)</b>	<b>(4.734)</b>	<b>(8.936)</b>
Receitas de prestação de serviços		1.206	2.744	2.653
Despesas de pessoal		(1.090)	(1.451)	(908)
Outras despesas administrativas	15	(3.515)	(5.967)	(10.045)
Despesas tributárias		(174)	(347)	(642)
Outras Receitas (despesas) operacionais		287	287	6
<b>Resultado operacional</b>		<b>(2.147)</b>	<b>(3.209)</b>	<b>(545)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>(4)</b>	<b>(6)</b>	<b>40</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>(2.151)</b>	<b>(3.215)</b>	<b>(505)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>
Imposto de renda	11	-	-	(1)
Contribuição social	11	-	-	-
<b>Lucro líquido (prejuízo) do semestre</b>		<b>(2.151)</b>	<b>(3.215)</b>	<b>(506)</b>
<b>Lucro (prejuízo) por ação (Em R\$)</b>		<b>(0,00)</b>	<b>(0,00)</b>	<b>(0,00)</b>



Semestres findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>					<u>Total</u>
	<u>Nota</u>	<u>Capital social subscrito e integralizado</u>	<u>Aumento de capital social</u>	<u>Reserva de atualizações de títulos patrimoniais</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>		<b>1.509</b>	<b>0</b>	<b>442</b>	<b>-1077</b>	<b>874</b>
Atualização de Títulos Patrimoniais			0	12	-	12
Lucro do Exercício		-	-	-	(506)	-506
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>1.509</b>	<b>0</b>	<b>454</b>	<b>-1.583</b>	<b>380</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>14</b>	<b>1.509</b>	<b>0</b>	<b>454</b>	<b>-1.583</b>	<b>380</b>
Aumento de Capital	<b>14b</b>	1.750	1.250			<b>3.000</b>
Outras movimentações patrimoniais			0	110	-	110
Lucro/Prejuízo do Exercício		-	-	-	(3.215)	(3.215)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>3.259</b>	<b>1.250</b>	<b>564</b>	<b>-4.798</b>	<b>275</b>
<b>Movimentação do Semestre</b>						
<b>Saldos em 1º de julho de 2018</b>		<b>1.509</b>	<b>0</b>	<b>529</b>	<b>(2.647)</b>	<b>-609</b>
Aumento de Capital	<b>14b</b>	1.750	1.250			
Outras movimentações patrimoniais				35	-	<b>35</b>
Lucro do Exercício		-	-	-	(2.151)	<b>-2.151</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>3.259</b>	<b>1.250</b>	<b>564</b>	<b>-4.798</b>	<b>275</b>

Demonstração dos fluxos de caixa  
 Semestre findo em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017  
 Em milhares de reais

	Semestre findo em 31 de dezembro	Exercícios findos em 31 de dezembro	
Nota	<u>2018</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b><u>(4.403)</u></b>	<b><u>(4.996)</u></b>	<b><u>(168)</u></b>
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre	(2.129)	(3.175)	(470)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(2.151)	(3.215)	(506)
Outras movimentações patrimoniais	-	-	-
Depreciações e amortizações	22	40	36
Aumento nos ativos	<b><u>(3.276)</u></b>	<b><u>(4.024)</u></b>	<b><u>(1.752)</u></b>
Outros créditos	(3.276)	(4.024)	(1.752)
Aumento (redução) nos passivos	<b><u>1.002</u></b>	<b><u>2.203</u></b>	<b><u>2.054</u></b>
Outras obrigações	1.002	2.203	2.054
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b><u>(143)</u></b>	<b><u>(145)</u></b>	<b><u>(19)</u></b>
Aquisições de imobilizado de uso	(143)	(145)	(19)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b><u>2.620</u></b>	<b><u>3.120</u></b>	<b><u>-</u></b>
Aumento de capital	2.500	3.000	-
Financiamentos	120	120	-
<b>Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(1.926)</u></b>	<b><u>(2.021)</u></b>	<b><u>(187)</u></b>
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	3.181	3.276	3.463
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4 <u>1.255</u>	<u>1.255</u>	<u>3.276</u>
<b>Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(1.926)</u></b>	<b><u>(2.021)</u></b>	<b><u>(187)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Instituição tem como objetivo principal a compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e a realização de operação em Bolsa de Valores à vista e a termo.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, adaptadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações está em conformidade com o Plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, quando aplicável, e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A Administração da Instituição autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 21 de março de 2019, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requerido.

## 3 Principais práticas contábeis

### **a Apuração do resultado**

A apuração das receitas e despesas obedece ao regime de competência.

**b Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto (exceto posição financiada), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**c Ativo circulante e realizável a longo prazo****i. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**ii. Títulos e valores mobiliários**

De acordo com o estabelecido pela Circular CMN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

**iii. Títulos para negociação:**

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado do período.

**iv. Títulos mantidos até o vencimento:**

São adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do período.

**v. Outros ativos**

São demonstrados pelos valores de custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e variações monetárias (em base “pro rata” dia) auferidos e ajustados, quando aplicável, por provisão considerando os valores de mercado ou de realização.

**vi. Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos antecipados, cujos benefícios ou serviços contratados ocorrerão em períodos seguintes e são apropriados ao resultado do período que se referem, no decorrer da vigência dos respectivos contratos.

**d Ativo permanente**

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

**i. Investimentos**

Os títulos patrimoniais da Bolsa de Valores Minas Gerais, Espírito Santo e Brasília – BOVMESB são avaliados e ajustados pelo valor patrimonial, não auditado, informados pelas respectivas bolsas em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido.

**ii. Imobilizado**

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas levando em consideração a vida útil econômico dos bens.

**iii. Intangível**

Os gastos classificados no intangível são relacionados com o desenvolvimento do home broker, tais como desenvolvimento de ativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos sites), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos.

Este grupo de contas foi criado de acordo com a carta-circular nº 3.357, de 3 de dezembro de 2008, para registrar os direitos que tenham por objeto os bens “incorpóreos” destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

Outros ativos intangíveis, tais como licenças de uso e direito de uso de software, são registrados ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos intangíveis limitada ao prazo de 10 anos.

**e Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)**

É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Em 31 de dezembro de 2016 não foram identificados indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**f Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25 e na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 da seguinte forma:

**i. Ativos contingentes**

Quando existentes, são contabilizados somente quando a realização do ganho for praticamente certa, e sobre os quais não cabem mais recursos.

**ii. Passivos contingentes e obrigações legais**

Os passivos contingentes são contabilizados de acordo com a opinião dos assessores legais, natureza dos processos e jurisprudências existentes. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável, com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sob o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer à instâncias superiores e da experiência histórica da Instituição. São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável, em que o valor do risco de perda puder ser determinado ou estimado com segurança.

As obrigações legais cuja legalidade/constitucionalidade estejam, eventualmente, sendo discutidas judicialmente são contabilizadas independentemente da opinião dos assessores legais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, quando relevantes em valor e/ ou natureza, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

**g Passivo circulante e exigível a longo prazo**
**i. Provisão para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda e contribuição social é constituída sobre bases tributáveis às seguintes alíquotas: imposto de renda – 15%, adicional do imposto de renda – 10% sobre a parcela excedente a R\$ 240 no exercício e contribuição social – 20%.

**ii. Outros passivos**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias (em base “*pro rata*” dia) incorridas.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Disponibilidades		
Em moeda nacional	51	636
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.160	2.100
Títulos e valores mobiliários	44	540
<b>Total</b>	<b>1.255</b>	<b>3.276</b>

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

A carteira, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 montava a R\$ 1.160 (2017 R\$ 2.100), tem características de liquidez imediata, com vencimento de até 90 dias, e se refere a depósitos interfinanceiros com bancos de primeira linha, remunerados à taxa média de 99% do CDI.

## 6 Títulos e valores mobiliários

### a Classificação por conta

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos títulos e valores mobiliários, já ajustados aos respectivos valores de mercado.

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Títulos de renda fixa	902	486
Cotas de fundos de investimentos	2.076	2.076
Títulos Públicos Federais – Vinculados ao Banco Central	1.251	-
Títulos de renda fixa - vinculados a prestação de garantia	307	308
<b>Total</b>	<b>4.536</b>	<b>1.521</b>

### b Classificação por categoria, tipo de papel e vencimentos

Categoria/ papel	2018				Totais	
	Vencimentos				2018	2017
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 2 anos	Acima 2 anos		
<b>Títulos mantidos para negociação</b>	<b><u>1</u></b>	<b><u>12</u></b>	<b><u>332</u></b>	<b><u>1.808</u></b>	<b><u>2.153</u></b>	<b><u>540</u></b>
Letras de Câmbio	-	10	26	4	40	288
Letras de câmbio Inst. Financeira Ligada	0	2	-	-	2	53
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados a garantia	0	0	306	553	859	101
Letras Financeiras do Tesouro - Vinculados ao Banco Central	-	-	-	1251	1251	44
Cotas de fundo de investimento	1	-	-	-	1	54
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b><u>308</u></b>	<b>-</b>	<b><u>2.075</u></b>	<b><u>2.383</u></b>	<b><u>2.330</u></b>



Certificado de Depósito Bancário vinculados a garantia	-	307	-	-	307	308
Cotas de fundo de investimento Multimercado				2.075	2.075	2.022
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>320</b>	<b>332</b>	<b>3.883</b>	<b>4.536</b>	<b>2.870</b>

## 7 Outros Créditos

Descrição	2018	2017
Rendas a receber	15	15
Negociação e intermediação de valores	122	154
Outros Adiantamentos	463	213
Impostos e Contribuições a compensar	29	29
Devedores por depósitos em garantia (nota 12)	122	122
<b>Total</b>	<b>751</b>	<b>533</b>
<b>Circulante</b>	<b>629</b>	<b>411</b>
<b>Não circulante</b>	<b>122</b>	<b>122</b>

## 8 Investimentos

Refere-se a títulos da Bolsa de Valores de Minas, Espírito Santo e Brasília – BOVMESB, a qual encerrou suas operações e encontra-se em processo de liquidação junto ao Banco Central do Brasil (BACEN). Assim, encontra-se impossibilitada de concluir a liquidação e quitar os títulos pertencentes às corretoras uma vez que responde processo junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por reclamantes de fundo de garantia de bolsa.

## 9 Imobilizado de uso

<b>Descrição</b>	<b>Taxa anual de depreciação</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Instalações	10%	260	245
Móveis e equipamentos de uso	10%	525	523
Sistema de comunicação	10%	74	74
Sistema de processamento de dados	20%	344	216
Direito de uso – Sistema comunicação PABX	-	18	18
		1.221	1.076
(-) Depreciação acumulada		(997)	(957)
<b>Total</b>		<b>224</b>	<b>119</b>

## 10 Outras obrigações

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>		
Obrigações empréstimos e Financiamentos (i)	43	-
Negociação e intermediação de valores – liquidações pendentes CBLC	161	5.823
Negociação e intermediação de valores – Contas Corrente Clientes	7.829	-
Fiscais e previdenciários	134	341
Diversos	531	287
	<b>8.698</b>	<b>6.451</b>
<b>Não circulante</b>		
Obrigações empréstimos e Financiamentos (i)	77	-
Provisão para riscos fiscais (ii)	122	122
	<b>199</b>	<b>122</b>
	<b>8.897</b>	<b>6.573</b>

- (i) Leasing Financeiro contratado em 36 parcelas para aquisição de equipamentos de processamento de dados.
- (ii) A Instituição é parte em ações judiciais de natureza tributária perante tribunais e órgãos governamentais, decorrente do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2018 a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, mantém a provisão considerada suficiente para cobrir o montante das ações classificadas como risco de perda provável, no valor de R\$ 122 (R\$ 122 em 2018). Os processos nº 97.0002560-8 e 2008.51.01.009438-3 encontram-se julgado e em fase final para converter os depósitos para a Receita Federal a fim de extinguir os débitos requeridos no processo administrativo vinculado nº 10768.022658/0073.

Essas ações estão garantidas totalmente por depósitos no mesmo montante em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, registrados em outros créditos no realizável a longo prazo, conforme nota explicativa 7.

## **11 Imposto de renda e contribuição social corrente**

Em 2018 e 2017 não houve incidência do imposto de renda a que seja comparado.

## **12 Passivos contingentes**

- I.** A Instituição é parte reclamada em ação civil nº 0007162-24.2013.8.08.0024, iniciada em 3/2013, por ocasião de quebra de contrato com ex-prestador de serviço. O processo encontra-se em andamento no aguardo de apreciação do TJ em relação do interposto recurso de Apelação da sentença proferida. A ação tem risco de perda possível, na opinião dos assessores jurídicos. A Administração da Instituição não constituiu provisão para perdas, considerando o histórico de perdas e avaliação dos assessores jurídicos. Valor da causa atualizado é de R\$ 1.458 mil.
- II.** A Instituição é parte reclamada em ação civil nº 1002061.11.2017.8.26.0068, iniciada em 03/2017, por ocasião de quebra de contrato de Licença de uso de Software. O processo encontra-se em tramitação. A ação tem risco de perda

possível, na opinião dos assessores jurídicos. A Administração da Instituição não constituiu provisão para perdas, considerando o histórico de perdas e avaliação dos assessores jurídicos. Valor da causa é de R\$ 98 mil.

- III.** A instituição é reclamada desde 10/11/2017 em duas ações trabalhistas, instaurada a 63ª vara do trabalho no Rio de Janeiro ao qual os envolvidos requerem vínculo e consectários, a ação tem risco de perda possível, na opinião dos assessores jurídicos. o montante inicial das causas mencionadas é de R\$ 80 mil. A administração não constituiu provisão, considerando causa recente e a avaliação dos assessores jurídicos, processo continua em tramitação sem maiores relevâncias.

### **13 Outras contingências**

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Instituição, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

### **14 Patrimônio líquido**

#### **c Capital Social**

O Capital Social integralizado e subscrito em 2018 está representado por 3.250 ações ordinárias de valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando um capital social de R\$ 3.250.

#### **b Aumento de Capital**

Em setembro de 2018 fora subscrito um aumento de capital no valor de R\$ 1.750 (um milhão setecentos e cinquenta mil), sendo integralizado imediatamente. Este aumento fora deliberado por AGE (Assembleia Geral extraordinária) e autorizado pelo Banco Central através do ofício 20097 em 11 de outubro de 2018.

Em outubro de 2018 fora subscrito um aumento de capital no valor de R\$ 1.250 (um milhão duzentos e cinquenta), sendo integralizado imediatamente. Este aumento fora

deliberado por AGE (Assembleia Geral extraordinária) em 31/10/2018 e autorizado pelo Banco Central em 19/02/2019 através do ofício 3233.

**c Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Refere-se a atualização dos títulos patrimoniais da Bolsa de Valores Minas Espírito Santo Brasília - BOVMESB que são avaliados e ajustados pelo valor patrimonial, informados pelas respectivas bolsas em contrapartida de investimentos.

**15 Outras despesas administrativas**

<b>Descrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Despesa de aluguel	-304	-170
Despesa de comunicação	-328	-203
Despesa de processamento de dados	-1445	-692
Despesa de promoções e relações públicas	-147	-66
Despesa de publicações	-13	-23
Despesa de serviços do sistema financeiro	-1.754	-7.684
Despesa de serviços de terceiros	-506	-447
Despesa de serviço técnico especializado	-524	-426
Despesas de Viagens	-227	-82
Despesa de depreciação e amortização	-40	-36
Outras despesas administrativas	-679	-216
	<b>-5.967</b>	<b>-10.045</b>

**16 Partes relacionadas**

**a. Transações com partes relacionadas**

Foi efetuada transação com a Dacasa Financeira S/A – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, instituição financeira que está inserida no grupo controlador da Instituição, caracterizando conglomerado financeiro. Transações estas,

em conformidade com a Resolução CMN nº 3.750/2009. Durante o semestre findo em 31 de dezembro de 2017, ocorreram transações em valores, prazos e condições usuais de mercado, podendo assim ser resumidas:

<b>Conta</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Ativo</b>		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	2	52

#### **b. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A despesa incorrida no período a título de remuneração do pessoal-chave da Administração, no montante de R\$ 265 mil, encontra-se registrada na rubrica despesas de pessoal, em despesa de honorários.

### **17 Prevenção à lavagem de dinheiro**

Em cumprimento à legislação específica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos.

### **18 Outras informações**

#### **a. Gestão de Riscos e de Capital**

A gestão do risco tem como objetivo minimizar o eventual impacto dos riscos, pelos quais a Instituição está exposta, devido a sua natureza, complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. A gestão de riscos ocorre por meio das diretrizes e controles existentes nos normativos e políticas da Uniletra Corretora cuja gestão e conteúdo são de responsabilidade da Diretoria.

#### **b. Estrutura de gerenciamento de capital**

Visando o atendimento à Resolução 3.988 de 30/06/2011 do Banco Central do Brasil, a Uniletra Corretora, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a

adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

**c. Estrutura de gerenciamento de risco de crédito**

Em atendimento a Resolução nº 3.721 de 30/04/2009 do Conselho Monetário Nacional, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Corretora instituiu uma estrutura de gerenciamento do risco de crédito capaz de permitir a identificação, mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados às atividades da instituição.

**d. Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez**

Com base nas diretrizes da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012 do Banco Central do Brasil, o risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Como também de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A Uniletra monitora o risco de liquidez via identificação, mensuração e controle da exposição ao risco de liquidez, considerando as projeções de cenários econômicos e fluxos de caixa em diferentes períodos.

**e. Estrutura de gerenciamento de risco de mercado**

Conforme a Resolução nº 3.464, de 26/06/2007, defini o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. A política de gerenciamento de risco de mercado da Corretora em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados, garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua Carteira, conforme determina a Resolução CMN 3.490/07 do Banco Central do Brasil.

**f. Estrutura de gerenciamento de risco de operacional**

Conforme Resolução CMN 3.380/06 a Corretora dispõe de estrutura de gerenciamento de risco operacional compatível com a natureza e complexidade das atividades exercidas, sendo capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados às atividades. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos. A instituição desenvolve permanentemente políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas advindas da exposição aos riscos inerentes às suas atividades, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais visando monitorar, controlar e assegurar o cumprimento de regras e normas aplicáveis para que práticas inadequadas não comprometam a condução dos negócios e acarretem perdas financeiras.

As descrições da estrutura de gerenciamento de riscos encontram-se disponíveis em nosso site: [www.uniletra.com.br](http://www.uniletra.com.br).

**a. Ouvidoria**

O canal de Ouvidoria está plenamente implementado, através de canal próprio de discagem direta gratuita 0800.721.6000. e pelo e-mail: [ouvidoria@uniletra.com.br](mailto:ouvidoria@uniletra.com.br).

**Contador: Moacyr Batista de Aguiar**

CRC/ES: 1723

CPF: 159.601.027-49

**Alessandro Azevedo Dadalto**

Diretor Presidente

CPF: 020.197.457-63